

A relação entre os sujeitos discursivos e o interdiscurso: Um estudo inicial acerca da referencialidade discursiva

Paulo Robson Silva da Silva¹

RESUMO: Dentre os constituintes do discurso percebe-se a relevância do interdiscurso na produção de sentido(s) envolvente(s) na teia textual. Porém, um dos efeitos deste segmento discursivo é a anulação/nulidade do sujeito, tornando, desta forma, o discurso funcionalmente sem identidade. É sobre as relações causais e consecutivas deste fenômeno de, a priori, não-referência subjetiva que se definem a discussão, mesmo que iniciais, neste artigo pautadas na perspectiva da polifonia bakhtiniana.

PALAVRAS-CHAVE: Interdiscurso; Nulidade; Polifonia

ABSTRACT: Amongst the constituent of the discours it is perceived the relevance of interdiscours in the production in the literal net. However, one effect of this discursive segment is the cancellation/nullity of the subject, becoming, in such a way, the discours functionally without identity. In this paper it will be treated about the causal and consecutive relations of this phenomenon, initially subjective non-reference that be defined the quarrels in this paper, in the perspective of the bakhtinian polifonic.

KEY-WORDS: Interdiscours; Nullity; Polifonic

INTRODUÇÃO

Em contribuição aos estudos voltados à Análise do Discurso a questão do interdiscurso promove um importante debate quanto à revelação de um hiato entre o sujeito-autor de um texto e o sujeito discursivo. No discurso, portanto, se diz que há uma anulação do sujeito pela incorrência à memória discursiva, sem precedentes que o identifiquem numa nova formulação (produção discursiva). No entanto esta memória incide e repercute à sucessão dos efeitos de sentido:

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do preconstruído, o já dito que está na base do dizível. (ORLANDI, 2005, p. 31)

¹ Graduando do último período do curso de Letras- Licenciatura Plena em Língua Portuguesa- pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), onde também exerce a função de monitor das disciplinas Linguística Geral e Análise do Discurso. Membro do Grupo de Pesquisas Culturais e Memórias Amazônicas(CUMA)/CNPq, interligado ao Programa de Mestrado em Educação(UEPA) e à Pró-reitoria de Pesquisa e Ensino da UEPA(PROPESP). E-mail: paulorobson.belem@yahoo.com.br.

Já no caso do texto, há necessidade de se identificar o sujeito para explicitar os elementos que são fundamentais à sua constituição, que não é, neste caso, histórica, angular, e sim definida a partir das competências linguísticas de seu autor, formulador dessa tessitura e dotado de cognição, a qual orienta o processo comunicativo (emissão e recepção da mensagem) e de noções (organização, estruturação, projeção) e preceitos lingüísticos.

Considerando essa perspectiva analógica entre discurso e texto, podemos definir este último como monofônico e o discurso, polifônico. Destarte, afim de iniciarmos uma discussão debruçada sobre a polifonia discursiva, este trabalho destina-se a entender como os sujeitos discursivos (des)aparecem no processo produtivo do discurso suscitado por causa do interdiscurso.

1. Análise do discurso: o discurso e seus constituintes

Nos anos 60, emerge uma corrente das ciências da linguagem que toma como objeto de estudo o discurso. Esta corrente busca articular o lingüístico e o social, demonstrando as relações que vinculam a linguagem à ideologia. Nessa conjuntura intelectual, destaca-se a chamada “escola francesa de análise de discurso” (doravante AD), que é assim definida:

A Análise de discurso não pretende se instituir como especialista da interpretação, dominando ‘o’ sentido dos textos; apenas pretende construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (...). O desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, seja através de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado com pretensão universal.(Michel Pêcheux *apud* MAINGUENEAU, 1997, p. 11)

A AD possui uma trílice relação: com o sujeito – assujeitado e falado por seu discurso, advindo do estruturalismo de Foucault, Lacan e Althusser; com a historicidade de cada enunciado, herdado de Foucault; e com a materialidade das formas de língua de Saussure, Harris e Chomsky. Essas premissas estabelecem a originalidade da AD francesa e são também elas que estruturam em geral a análise de discurso.

Para a AD, linguagem e ideologia possuem uma interligação, pois é na linguagem que a ideologia se materializa. Dessa forma, todos os discursos são ideológicos, já que ideologia deve ser compreendida como algo inerente ao signo em geral. Na AD, a linguagem vai além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer.

Desta maneira, a linguagem permite a construção de sentidos diversos, os quais estão dentro do processo discursivo. O discurso passa a ser o lugar onde emergem significações conforme se delimitam as condições de produção do discurso.

Esse processo de produção de sentido recai no conceito de formação ideológica e formação discursiva. Ambos estão articulados com as noções de discurso e ideologia e são importantes nas relações de sentido.

A formação ideológica constitui-se da relação entre as classes, as quais se organizam historicamente através de alianças e conflitos entre si, ou seja, é um conjunto complexo de atitudes e representações que determinará as formações discursivas. Nesse caso, pode-se dizer que a formação ideológica é constituída de várias formações discursivas que se entrelaçam, formando interseções heterogêneas.

Pode-se definir formação discursiva como a conjuntura que determina o que deve ser dito, como deve ser dito, levando em consideração o contexto sócio-histórico que o sujeito está inserido e qual a posição que este sujeito ocupa no meio social.

A formação discursiva é

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica e geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa. (Foucault *apud* MAINGUENEAU, 1997, p. 14)

A partir das concepções acima descritas, ainda se faz relevante mencionar o papel do *outro* no processo de construção do discurso e de produção do sentido deste.

Bakhtin, partindo de uma crítica à concepção monológica e abstrata de língua de Saussure, postula uma concepção de ser humano na qual o papel do outro é fundamental. Para ele, não é possível conceber o indivíduo sem serem consideradas as relações que o ligam ao outro.

Por isso, para ele a palavra não é monológica, mas plurivalente, e o dialogismo passa a ser, no quadro de suas formulações, uma condição *constitutiva* do sentido. Baseado nesses pressupostos, Bakhtin elabora a sua *teoria da polifonia*. (BRANDÃO, 2004, p. 62)

Analisando uma série de textos, Bakhtin determinou uma categoria de textos, sobretudo os literários, nos quais ele identifica que o autor faz uso de um conjunto de máscaras que representariam as várias vozes que falam simultaneamente num texto, qualificando-os, dessa forma, de *polifônicos*.

Assim, ao romper com o monologismo ele instaura uma perspectiva dialógica. Segundo ele, a dialogização do discurso é duplamente orientada (o duplo dialogismo), estando a primeira delas voltada para os outros discursos e a segunda voltada para o outro, o destinatário.

Na primeira orientação, tem-se que toda palavra é pluriacentuada e que seu sentido constitui-se no entrecruzamento desses acentos contraditórios nela presente. Assim, afirma Bakhtin que um enunciado vivo surge em um momento histórico e num meio social determinados, tocando em milhares de “fios dialógicos vivos” – os outros discursos – que colocados intertextualmente no tecido de todo o discurso, têm lugar não ao lado deste, mas em seu interior, pois são dele constitutivo.

“O discurso se tece polifonicamente. Num jogo de várias vozes cruzadas, complementares, concorrentes, contraditórias.” (BRANDÃO, 2004:65). O discurso é, pois, polifônico.

Na segunda orientação, aquela que diz respeito ao destinatário, destaca Bakhtin a importância da *interlocução*, afirmando ser toda enunciação dependente do locutor e também do alocutário, à medida que, ao enunciar, o locutor concebe o receptor não como mero decodificador, e sim como um elemento ativo no processo, sendo assim o discurso determinado por uma réplica que, embora ainda não dita, já seja prevista. Nesse sentido o discurso é, para Bakhtin, dialógico.

Nesse processo, o sujeito é sempre e, ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente, e isso tem a ver com o fato de que os indivíduos são atravessados pela linguagem antes de qualquer coisa. O sujeito do discurso vai, então, colocar-se estrategicamente e perigosamente entre o sujeito da ideologia (pela noção de assujeitamento) e o sujeito da psicanálise (pela noção de inconsciente), ambos constituídos e revestidos materialmente pela linguagem.

Como se vê, a Análise de Discurso, ao construir a categoria teórica do sujeito, o faz, desde o início, pautando-se por uma singularidade latente. O sujeito do discurso não é apenas o sujeito ideológico marxista-althusseriano, nem apenas o sujeito do inconsciente freudolacaniano; tampouco é apropriado afirmar que esse sujeito seja uma mera adição entre essas partes. O que vai fazer a diferença desse sujeito é o papel de intervenção da linguagem, na perspectiva de materialidade lingüística e histórica que a AD lhe atribui. A Análise de Discurso soube dar um caráter revolucionário ao modo como era abordado o papel da linguagem; bem distante do aspecto meramente formal e categorizador a ela atribuído por uma visão estruturalista mais redutora em sua origem. A linguagem pela ótica discursiva

ganha um traço fundacional na constituição do sujeito e do sentido e vai distinguir-se também da condição que lhe confere a psicanálise.

O fato de trabalhar perigosamente na fronteira entre certas áreas, não raro traz problemas de distorções e confusões de toda ordem, ao provocar aproximações entre conceitos inconciliáveis, já que produzidos sob enfoques epistemologicamente distintos. A AD caracteriza-se, como se vê, desde o seu início, por um viés de *ruptura* a toda uma conjuntura política e epistemológica e pela necessidade de articulação a outras áreas das ciências humanas, especialmente a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise.

O que distingue e identifica a Análise de Discurso é sua forma peculiar de trabalhar com a linguagem numa relação estreita, indissociável com a ideologia. Por aqui começa a confusão, o mal-estar, já que a ideologia representa para muitos uma questão anacrônica, seivada de um ranço marxista ultrapassado. A insistência em falar num 'sujeito interpelado pela ideologia', sujeito assujeitado à moda althusseriana, deixa a Análise de Discurso Francesa de Michel Pêcheux numa condição de isolamento entre as demais análises de discurso. A noção de assujeitamento se presta, por vezes, a certas confusões. Assujeitar-se é condição indispensável para ser sujeito. Ser assujeitado significa, antes de tudo, ser alçado à condição de sujeito, capaz de compreender, produzir e interpretar sentidos.

Na teoria do discurso, abandona-se a categoria do sujeito empírico, do indivíduo, e trabalha-se com um sujeito dividido, com uma categoria teórica construída para dar conta de um lugar a ser preenchido por diferentes posições-sujeito em determinadas condições circunscritas pelas formações discursivas. Nem a hipertrofia do sujeito cheio de vontades e intenções, nem o total assujeitamento e a determinação de mão única. O sujeito assim, como é afetado pela formação discursiva onde se inscreve, também a afeta e a determina em seu dizer. O efeito-sujeito seria o resultante desse processo de assujeitamento produzido pelo sujeito em sua movimentação dentro de uma formação discursiva.

O real do sujeito seria o inconsciente, aquilo que mais de perto diz do sujeito, o que lhe é próprio. O que o move seria o desejo, a busca da completude, a tentativa incessante de fechar os furos em sua estrutura psíquica. Esse inconsciente é o mesmo que aparece na língua quando nela se tropeça: cometem-se lapsos, atos falhos ou produzem-se chistes. O inconsciente, como diz Lacan, está constituído pela linguagem.

Mas o sujeito da análise de discurso não é só o do inconsciente; é também, como se viu, o da ideologia, e ambos são revestidos pela linguagem e nela se materializam. Essa é uma particularidade que assegura ao campo discursivo tratar de uma dupla determinação do sujeito

– de ordem da interioridade (o inconsciente) e da exterioridade (a ideologia). Essa relação conjuntiva entre desejo e poder é que torna tão especial e complexo esse campo teórico.

A princípio, a conferência que inicia esse sujeito no campo discursivo volta-se a um sujeito-autor, o qual está inscrito na instância da produção do texto. Neste caso há necessidade de se entender o lugar materializado de onde o discurso é decorrente- o texto- o qual é uma unidade estritamente lingüística, expressão do pensamento (consciente) e que serve como anteparo para a promoção do(s) discurso(s), por ser aquele lugar palco do sujeito autor que se instala e se ancora o autor:

O sujeito, diríamos, está para o discurso assim como o autor está para o texto. Se a relação do sujeito com o texto é a da dispersão, no entanto a autoria implica em disciplina, organização, unidade. [...] Assim como definimos o discurso como efeito de sentido entre locutores e consideramos, na sua contrapartida, o texto, como sendo uma unidade que podemos, empiricamente, representar como tendo começo, meio e fim, uma superfície lingüística fechada nela mesma, assim também consideramos o sujeito como resultando da interpelação do indivíduo pela ideologia, mas o autor, no entanto, é representação de unidade e delimita-se na prática social como uma função específica do sujeito. (ORLANDI, 2005, p.73)

Assim, a autoria discursiva premedita um sentido manifestado no consciente, ora entendido como a relação do texto com os referentes do mundo, portanto materiais, em que predomina o valor semântico, e não de sentidos, dos elementos contidos e reavivados no texto.

Desta forma, a autoria, de certo modo, não está impregnada de marcas do inconsciente, porém se revela como produto do materialismo histórico-dialético que encontra espaço na linguagem, manifestado no relacionamento do homem com as palavras, como já dito anteriormente, diferindo-se do discurso pela homogeneidade (presente no estágio de autoria) considerada no ato primeiro- o de enunciar, ou melhor, de promover enunciados em que a responsabilidade é direcionada unicamente a um sujeito, aquele que “fala” o texto, o que o torna monofônico, na lógica bakhtiniana.

2. A constituição do sujeito no interdiscurso²: o efeito da nulidade subjetiva³

O conceito de interdiscurso foi elaborado por M. Pêcheux para traduzir o funcionamento do esquecimento na teia discursiva. Ele é revelado por meio de uma formação discursiva que tem por consequência a repetição e o apagamento:

O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é conduzida[...] a incorporar elementos preconstituídos produzidos no exterior dela própria; a produzir sua redefinição e seu retorno, a suscitar igualmente a lembrança de seus próprios elementos, a organizar a sua repetição, mas também a provocar eventualmente seu apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação. (Courtine et. al. *Apud* BRANDÃO, 2004, p.91).

Portanto esse processo de apagamento ou, como aqui pressupõe, de esquecimento, atinge todos os elementos do discurso, inclusive o sujeito discursivo. Há uma inversão na situação promovida pelo interdiscurso que anula a identidade discursiva. Esta premissa é determinante para a compreensão de um campo discursivo conflituoso, no qual dialogam um “nada” e um “tudo”, ou seja, essa concepção promove o surgimento de duas instâncias correspondentes: a não referência e a referência discursiva, respectivamente.

E o fato de haver um já-dito, uma pressuposição histórica, esta compromete, inicialmente, o efeito do interdiscurso, que provoca um embate entre a heterogeneidade, a homogeneidade e a nulidade discursiva. Logo, diante da dinâmica de apagamento, a identidade é refutada nesse processo, deixando o discurso sem nome, sem voz.

A voz(monofonia) ou as vozes(polifonia), entretanto, é(são) circunstancialmente o que define(m) o dizer. Sabe-se que ela(s) está(ão) ali, nesse campo discursivo, ou melhor, nesse espaço que é a formação ideológica, porém não é identificada sua autoria claramente.

Todo esse fenômeno descrito aqui é, em verdade, consequência da relação com a ideologia que tende a incorporar o sujeito e a língua num único plano discursivo, desconsiderando, desta feita, os elementos externos a ele. Este é mais um efeito ideológico.

² Ressalta-se a preferência em discutir num único tópico o interdiscurso, apesar deste ser um dos constituintes do discurso, do qual é temática designada ao primeiro tópico. Afinal, este é o objeto temático central deste artigo.

³ Cumpre destacar que o termo “subjetivo” possui o mesmo sentido do Dicionário de Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras cuja definição é “Relativo ao sujeito”. No entanto, o sentido do termo em foco está estritamente relacionado a sujeito discursivo, em favor das concepções deste artigo.

Esclarece-se, no entanto, que a onipresença subjetiva está no plano do enunciado, que é o cerne da consciência num tempo presente. É através da imagem metafórica que ela imprime que conseguimos apontar os enunciados vozificados submetidos no interdiscurso:

Esta onipresença do sujeito (e aí a metáfora da plenitude da designação desse sujeito pleno dá bem a impressão da imagem) implica uma tomada de posição a qual não compartilhamos. Esses enunciados ausentes podem se encontrar invertidos na interpretação ou na leitura dos co-enunciadores, porque eles estão inscritos no interdiscurso que sustenta o texto lido ou interpretado. Deve, portanto, ser possível perseguir esse interdiscurso e revelar seus traços. (GADET et. al.,1997, p.301).

Nesse sentido, o interdiscurso engendra os elementos estruturais discursivos, num mote revelador das instâncias ali presentes. O interdiscurso é, pois, definidor das relações que circunscrevem o cenário da enunciação.

CONCLUSÃO

No projeto do discurso as instâncias sobrepujam-se para alcançar o território do ideológico. Nesse caso o dito e o não-dito são administrados por um diálogo com a história e, por conseguinte, com a formação ideológica, que é quem determina a nulidade dos elementos da teia discursiva, principalmente do sujeito.

Confirma-se, no entanto, que não há um discurso sem identidade, porém ela é recriada, reconfigurada abstratamente a partir da própria dimensão discursiva, em seu eixo. Suas correspondências e correlações são retrato da própria função da formação ideológica e, por isso, nela se instalam, se interiorizam.

Portanto, se o discurso dialoga com várias vozes, num circuito polifônico, elas são todas materializadas no social, no espaço sincrônico do tempo, visto à dificuldade de se constituir com exatidão tal identidade.

Assim, cumpre ao interdiscurso ou à memória discursiva figurar as imagens locais, contextuais, que há nesse universo discursivo afim de que ele possa, de alguma maneira, ser descrito.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. 2ª ed. rev. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 16ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GADET, F. & HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pecheux*. 3.ed. Bethania S. Mariani, et al. (tradutores). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes/Ed. Unicamp, 1997.

_____. *Cenas da Enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola, 2008.

MAZIÈRE, F. *A análise do discurso: história e práticas*. São Paulo: Parábola, 2007.

NASCENTES, Antenor (elaborador). *Dicionário de Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: Editora Bloch, 1988. p.600

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: Princípios e procedimentos*. 7ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. *Discurso & Leitura*. 6ª Ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001.

SARGETINI, V. & NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Orgs.). *M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

Aceito para publicação em 15 de novembro de 2011.